

# **TRABALHO, EMPREGO E INFORMALIDADE NO IMAGINÁRIO DA FUTURA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS UNIVERSITÁRIOS GAÚCHOS**

Cleide Fátima Moretto

Economista. Doutora em Teoria Econômica (FEA/USP).

Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (Giest), Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Feac), Universidade de Passo Fundo (UPF) – Campus I, BR 285, Km 171, Bairro São José CEP 99001-970 Passo Fundo (RS)

e-mail: [moretto@upf.br](mailto:moretto@upf.br)

Área Temática: **Emprego e mercado de trabalho, demografia econômica**

## **Resumo**

Partindo da situação de crescente demanda pelo ensino superior e dos novos sentidos do trabalho, emprego e informalidade na economia atual, o artigo apresenta as principais evidências teórico-empíricas sobre como o universitário que ingressa no ensino superior percebe ou apreende os novos cenários econômicos e do mercado de trabalho. Além de discutir os principais condicionantes teóricos do processo de ingresso no ensino superior e sua relação com o mercado de trabalho, apresenta os resultados inéditos, recortados de uma pesquisa de campo mais ampla realizada em 2002, abrangendo 2269 calouros do ensino superior do estado do Rio Grande do Sul. Identifica que a percepção dos universitários pesquisados está intimamente associada às formas e opções tradicionais do mercado de trabalho, centradas no trabalho formal e assalariado.

**Palavras-chaves:** mercado de trabalho, ensino superior, Rio Grande do Sul.

## **1 Introdução**

A cada ano, ou mesmo semestre letivo, milhares de brasileiros prestam concurso vestibular para ingressar num curso de graduação e milhares deles ingressam no sistema de ensino superior público e privado. As informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) confirmam essa tendência. A demanda pelo ensino superior tem aumentado a taxas crescentes no país (BRASIL, 2004), confirmando a importância atribuída a tal modalidade educacional seja para garantir o ingresso no mercado de trabalho, seja para obter maiores rendimentos futuros.

Revisando a literatura relativa à economia da educação, percebemos que o referencial teórico mais utilizado para analisar esse processo de escolha é a teoria do capital humano, associada normalmente a Gary Becker, ainda que Jacob Mincer e Theodore Schultz não sejam

menos importantes<sup>1</sup>. Em linhas gerais, e sempre com mais ênfase no ensino superior, as pessoas investem em si esperando um retorno no futuro. Centenas de estudos comprovam a relação positiva entre anos de escolarização e rendimentos por meio da (re)conhecida *earnings function* de Jacob Mincer (MORETTO, 2003).

Uma revisão superficial dessa literatura deixa a impressão de que o ensino formal, a educação, é *o meio*, Gary Becker *o autor* e, a partir de uma escolha racional, o retorno positivo *o resultado*. Todavia, quando aprofundamos os trabalhos de Schultz (1973) e Becker (1983), identificamos uma miríade de elementos que não costumam ser amplamente discutidos ou tocados pelos pesquisadores no tema. O ensino superior ganha tratamento específico e o risco e a incerteza relevância no horizonte de planejamento. Escolher ou decidir o curso de graduação pode, inclusive, ser visto como uma questão de *sorte*, termo utilizado por Schultz.

De outra parte, em muitos estudos sobre capital humano toma-se como argumento para o (pre)domínio da teoria do capital humano um equívoco que, em nossa percepção, não pode passar despercebido: os resultados empíricos que corroboram para o retorno positivo aos anos de escolarização formalizados pela equação minceriana não podem ser atribuídos à teoria do capital humano enquanto *processo de decisão*. Para ser passível de coerência, os indivíduos tomados como base para a pesquisa de levantamento devem ser acompanhados de forma a fornecer dados do tipo painel, por exemplo, de forma a avaliar, de fato, todos os passos e cálculos por eles efetuados *ex ante* para a escolha e a trajetória posterior vinculada a essa escolha. Os resultados *ex post*, sem considerar tal trajetória, retratam, unicamente, resultados desvinculados da relação com a escolha inicial.

Foi esse conjunto de constatações que nos levou a aprofundar o processo de escolha no ensino superior, para além do referencial teórico do capital humano (BECKER, 1976, 1983, 1996). Buscamos novos subsídios nos referenciais da economia psicológica, que tem como precursor Katona (1976) e que foram aprofundados por MacFadyen e MacFadyen (1986), Van Raaij (1986) e Maital e Maital (1993). Nesse sentido, considerando a capacidade limitada de investigação, dentre as diferentes concepções de racionalidade alternativas ao paradigma

---

<sup>1</sup> McNulty (1980) aprofunda as origens da teoria do capital humano destacando o pioneirismo do trabalho de Jacob Mincer, de 1958, que focalizou a questão da desigualdade da renda pessoal por meio de um modelo no qual diferenciais de ganhos inter e intra-ocupacionais seriam explicados com base no investimento em capital humano. Em seguida o autor resgata o trabalho de Theodore Schultz, que, em 1960, teria dado maior proeminência às contribuições do fator humano na produção e nos processos de crescimento e de desenvolvimento econômico e no retorno do investimento em educação. McNulty atribui a Gary Becker a elaboração de um tratamento formal mais rigoroso para a questão dos retornos à escolarização, anos mais tarde.

neoclássico<sup>2</sup>, privilegamos a abordagem de racionalidade sistêmica por ser mais uma interpretação do comportamento e não uma previsão do mesmo. E, no âmbito da abordagem sistêmica, focalizamos a abordagem da racionalidade posterior, ou seja, em lugar de analisarmos uma determinada situação *à priori*, tratamos da interpretação da ação depois de ela ter ocorrido.

Procuramos apreender, nessa linha, os processos de tomada de decisão no ensino superior como uma forma de busca de informação e sua interação com a motivação e o comportamento econômico individuais, as instituições sociais e o comportamento social agregado. Enquanto análise *ex post* da tomada de decisão, procuramos identificar as percepções e avaliações presentes dos universitários que ingressaram recentemente no ensino superior, considerando as suas experiências passadas e suas atitudes em relação ao futuro, tendo com base o fluxo de informação disponível.

O presente estudo dá continuidade a um projeto maior que busca aprofundar o sentido da racionalidade econômica envolvido na trajetória de escolhas dos indivíduos em relação ao ensino superior, iniciado em outra região. Nosso intuito é levantar evidências para a elaboração de uma estrutura de análise de forma a mapear os condicionantes diretos e indiretos que interferem na escolha do curso superior dos universitários matriculados no primeiro ano de diferentes cursos de graduação.

Especificamente, no presente trabalho, justificamos a importância de identificarmos como o universitário que ingressa no ensino superior percebe ou apreende os novos cenários econômicos e do mercado de trabalho. O cenário socioeconômico atual é muito diferente daquele da sociedade industrial e salarial em que se baseou a teoria do capital humano. Nesses termos, temos duas hipóteses norteadoras para a análise dos dados primários: i) ainda que o ingresso no ensino superior faça parte de um contexto muito mais amplo do que aquele do mercado de trabalho, tais como o do *locus* por excelência da produção de conhecimento ou, em nível individual, da realização pessoal, a possibilidade de ingresso ou ascensão no

---

<sup>2</sup> Uma revisão detalhada dos modelos e idéias alternativas ao modelo da racionalidade neoclássica, também conhecida como racionalidade instrumental, pode ser vista em March (1993) “A tentativa de identificar um processo inteligente na tomada de decisão, como afirma o autor, é um esforço para racionalizar aparentes anomalias observadas no comportamento dos indivíduos. March salienta que grande parte desse esforço tem tentado situar o comportamento individual dentro de uma estrutura de *racionalidade calculada*, baseada nos cálculos das conseqüências das ações vinculadas aos objetivos do indivíduo. Estas ações são vistas como conectadas, significativa e conscientemente, ao conhecimento das metas e dos resultados futuros das pessoas, intencionalmente controlados por elas. Por outro lado, ainda que os modelos de racionalidade calculada sejam dominantes nos estudos da escolha, pode-se observar, também, a busca por uma explicação completamente diferente, a do conhecimento sistêmico. Neste, o conhecimento dos indivíduos evolui dentro de um sistema e acumula-se ao longo do tempo, sem a atual consciência de todas as suas histórias” (apud MORETTO, 2003, p.75).

mercado de trabalho e financeira constituem-se no motivo principal da escolha no imaginário dos universitários pesquisados; ii) considerando que o ensino superior esteja sendo visto como um instrumento imprescindível para o ingresso no mercado de trabalho, as escolhas ainda estão baseadas no mercado de trabalho tradicional, formal e assalariado.

Tendo em vista os critérios metodológicos adotados, sobretudo em relação à possibilidade e à viabilidade de implementação do projeto, nossa amostragem é não-probabilística, o que impede a sua generalização. Nossa amostra é composta de 2269 universitários ingressantes em diferentes cursos de graduação, em nove universidades do estado do Rio Grande do Sul, que estavam cursando o primeiro ano de seus cursos em 2002. Entretanto, os dados obtidos concretizam uma base imprescindível para a continuidade das análises e possibilitam apontar outros caminhos teórico-práticos de investigação. Nosso intuito, por meio do presente texto, é apresentar, tão somente algumas evidências obtidas, pela aplicação de questionários, portanto declarações, do (in)certo processo de escolha no ensino superior e sua relação com o trabalho, o emprego e a informalidade.

## **2 Os Condicionantes Teórico-Práticos da Escolha no Ensino Superior**

A teoria do capital humano, apresentada por Gary Becker, fundamenta-se nos pressupostos básicos da microeconomia neoclássica, quais sejam, o modelo de maximização da utilidade individual e o paradigma da escolha racional. Portanto, o *investidor em capital humano*, aqui, é tomado enquanto *homem econômico racional*, que maximiza sua utilidade individual em termos da aquisição de educação.

Nesses termos, podemos deduzir que o indivíduo racional que investe em educação é capaz de prever todos os possíveis *estados de mundo* associados à aplicação dos conhecimentos adquiridos, a partir do(s) curso(s) que escolheu como preferido(s) entre o conjunto de meios de formação ou instrução possíveis. Isso porque esse indivíduo teria a sua disposição informações sobre o mercado de trabalho e a sinalização de que um maior nível de escolarização corresponde a um maior nível de rendimento. Que mercado de trabalho era esse? Para fazer frente à instrumentalidade desse cálculo infere-se que o mercado de trabalho formal, a sociedade industrial assalariada era a base do horizonte de planejamento do indivíduo que escolhia.

Imaginemos o quanto complexifica, ou até inviabiliza esse cálculo, a inclusão da diversidade de possibilidades em termos do trabalho, do emprego e da informalidade no paradigma do capital humano. Isso seria imprescindível para fazer frente às pressuposições do *homem econômico racional* norteador do modelo. Em lugar da certeza do emprego

assalariado no setor industrial, há que se apreender o novo sentido do trabalho, formal e informal, para além da ilegalidade, caracterizado pelo trabalho autônomo ou em organizações de pequena escala (MORETTO, 2001).

Ainda que tenhamos presente que nem toda escolha profissional requer a conclusão de um curso superior, assumimos que os estudantes escolhem um curso superior pensando na possível atuação profissional que o mesmo lhes possibilita. De outra parte, quando buscamos identificar os condicionantes dessa escolha, nas palavras de Lewis et al. (1995), “é mais provável que a mente econômica seja dirigida por uma mistura de motivos, o *homo economicus* e o *homo psychologicus* entrelaçados: podemos ser egoístas e generosos, normais e aspirantes, calculistas e impetuosos, ignorantes e esclarecidos” (p. 6, tradução nossa). Os autores comentam, nesse sentido, que cada indivíduo carrega sua própria bagagem, sua socialização, e pode escolher tanto algo que ele percebe e deseja quanto algo que não quer ver, daí o limite cognitivo inerente ao processo de escolha. Nesses termos, Simon rejeita a hipótese da maximização global (nos moldes de Milton Friedman) e sustenta a noção de *racionalidade limitada*, ou seja, os agentes podem tomar uma decisão racional com base em um conjunto restrito de possibilidades. A racionalidade é *limitada* no sentido da existência de muita informação para ser computada ou avaliada. Do mesmo modo, Simon não se refere à quantidade de informação disponível, mas à capacidade limitada da mente humana de tratar com todos os dados acessíveis (MORETTO, 2003).

No que diz respeito ao momento em que ocorre a tomada de decisão, observamos que a maior parte dos estudantes escolhe o curso de graduação que deseja cursar ainda na adolescência, mais especificamente, na segunda fase da adolescência<sup>3</sup>, fase em que o estudante está formando a sua identidade (LEHMAN, 1999). A fase adulta, de outra parte, conforme argumenta Soares (2002), associa-se a fase em que se encontra uma identidade por meio de uma profissão e de um relacionamento afetivo ou da formação de uma família.

Na visão de Katona (1976), enquanto gastos em consumo *per capita* são relevantes para determinadas estatísticas, a tomada de decisão é usualmente uma questão familiar, com adultos decidindo as formas de aquisição de habilidades. Nas palavras do autor, “as decisões sobre que tipos de habilidades, treinamento e informação adquirir determinam a extensão na qual os indivíduos participarão na sociedade e o seu crescimento econômico” (KATONA, 1976, p.39, tradução nossa). Checchi (1999), nessa direção, comenta que, embora trate, em

---

<sup>3</sup> Conforme ressalta Soares (2002), a Organização Mundial da Saúde define a adolescência como o período compreendido entre os dez e os vinte anos de idade, o qual pode ser subdividido numa primeira fase, que vai dos dez aos dezesseis anos, e numa segunda fase, que vai dos dezesseis até os vinte anos de idade.

seu modelo, da escolha individual na aquisição de instrução, essa escolha resulta de uma combinação entre projetos e aspirações familiares, recursos financeiros disponíveis e expectativas formadas em relação à potencialidade do indivíduo.

Percebemos que a escolha profissional, de outra parte, envolve uma nítida dimensão temporal, que deve ser integrada e percebida pelo jovem: “escolher o que se quer ser no futuro implica reconhecer o que fomos, as influências sofridas na infância, os fatos mais marcantes em nossa vida até o momento e a definição de um estilo de vida, pois o trabalho escolhido vai possibilitar ou não realizar essas expectativas” (SOARES, 2002, p. 24). A escolha da profissão, como ressalta Lehman (1999), é muito mais complexa: os jovens pertencentes às classes de renda mais elevadas costumavam ter três opções relevantes – médico, engenheiro ou advogado; atualmente, no contexto da revolução tecnológica e informacional, há uma variedade de novas e profícuas profissões, tornando os pais inaptos para orientarem os seus filhos. Em termos de atuação profissional, numa mesma linha, argumenta Bianchetti, “antes, a postura radical era de que uma pessoa tinha vocação para uma determinada profissão ou estado de vida. Hoje, a **tendência predominante é a de que todas as pessoas têm vocação para o trabalho**, com inclinações mais abrangentes para um determinado grupo de profissões de um mesmo setor econômico-produtivo” (1996, p. 75, grifos nossos).

Primi et al. (2000), de outra parte, analisam um modelo de *indecisão profissional* baseado nas teorias de tomada de decisão<sup>4</sup>. Os autores tratam da maturidade vocacional como o produto de um processo que se dá ao longo do desenvolvimento individual e por meio do qual a pessoa vai construindo uma definição sobre *o que quer e o que pode fazer na vida* em termos profissionais. Como parte integrante do seu desenvolvimento geral, essa maturidade individual, como ressaltam os autores, depende da integração de várias experiências de vida que precedem o momento da escolha profissional. Dentre os fatores primários, hierarquicamente agrupados, que contribuem para a indecisão profissional dos estudantes pesquisados estão a insegurança e a falta de informação, a ênfase na busca de prestígio e de retorno financeiro, a imaturidade para a escolha e os conflitos com pessoas influentes.

### 2.1 As evidências das escolhas universitárias em nível mundial e brasileiro

A complexidade do processo de escolha do curso de graduação a seguir, não é um processo exclusivo de nossos estudantes. Inicialmente, identificamos o estudo de Berger

---

<sup>4</sup> Os autores entrevistaram 227 alunos (da 8ª série e 2º e 3º anos do segundo grau) de uma escola estadual e uma escola particular do município de Campinas (SP), por meio da aplicação de um questionário.

(1988), que utiliza dados da *National Longitudinal Survey of Yong Men*, dos Estados Unidos, para examinar a relação entre os ganhos futuros previstos para cinco áreas amplas de estudo (*Business*, Artes livres, Engenharia, Ciências e Educação) e as escolhas dos estudantes do *college major*, uma espécie de ciclo básico no ensino superior brasileiro. Os resultados obtidos pelo autor indicam que, mantendo o *background* familiar constante, os indivíduos preferem escolher *majors* que oferecem maiores fluxos de rendimentos futuros ao invés daqueles com rendimentos iniciais maiores no momento da escolha. Segundo Berger, tal resultado reforça a visão de que os indivíduos consideram o fluxo de rendimentos futuros quando fazem investimentos em educação e muda a noção de que os indivíduos escolhem um campo de estudos de maneira míope.

Montmarquette et al. (2002), por sua vez, investigaram os determinantes da escolha do *college major* no Canadá, no final dos anos 1980, computando uma variável particular de rendimentos esperados para explicar a probabilidade na qual o estudante escolherá uma especialização específica entre quatro áreas de concentração. Os autores concluem que a variável *ganhos esperados* é essencial na escolha de um *college major*, ainda que existam diferenças importantes no impacto observado por gênero e por raça.

Tomando-se como exemplo o caso da escolha do ensino superior japonês, conforme estudo de Ono (2000), observamos um processo de seleção acirrado anterior à frequência do *college*. No nono nível, que marca o último ano da escola média no Japão, o estudante deve decidir se avança nas *high schools* gerais, que conduzem ao ensino superior, ou nas *high schools* vocacionais, que conduzem ao emprego. Segundo o autor, essa decisão não se restringe a uma escolha binária, mas a um conjunto mais complexo de escolhas nas quais as próprias *high schools* gerais são claramente classificatórias: a colocação no ranking das *high schools* possibilita melhores oportunidades no ensino superior. Dessa forma, os estudantes que cursam as *high schools* vocacionais ou aquelas gerais de categoria *mais inferior* são praticamente eliminados da competição posterior para o ensino superior. Por isso, “a posição ou categoria da *high school* é, portanto, um componente integral da trajetória institucional e desempenha um papel instrumental no processo de estratificação educacional no Japão” (ONO, 2000, tradução nossa). Segundo Ono (2000), para a maior parte dos estudantes japoneses, as *high schools* vocacionais são escolhas de segunda opção, e a tendência observada nos últimos anos é de uma queda não só no *status*, mas, também, na qualidade dos seus estudantes, o que pode ser explicado pelo fato de que essas escolas têm atraído uma parcela significativa de estudantes provenientes de famílias de baixa renda. De outra parte, ao estabelecer um comparativo com o sistema americano, Ono argumenta que a competição no

sistema japonês ocorre entre as escolas, ao passo que, nos Estados Unidos, ocorre dentro das escolas. Outro fato apontado pelo autor é que no Japão há uma tentativa de minimizar as expectativas irrealistas entre os estudantes, ao passo que nos Estados Unidos elas são desconhecidas até os últimos anos da *high school*.

Considerando especificamente as expectativas dos estudantes em relação ao mercado de trabalho, o estudo de Gendron (2000) investiga até que ponto, no padrão da teoria do capital humano, uma incerteza crescente sobre os rendimentos futuros e sobre o panorama e as perspectivas do emprego levam a uma redução tanto no treinamento quanto na demanda por educação, pois os retornos ao investimento cairiam nesse contexto. Segundo o autor, tal evidência não estaria ocorrendo na França: a alta taxa de desemprego observada nos anos 1990, ao invés de desencorajar os estudantes a prosseguir seus estudos, tem levado, sim, a uma crescente demanda por educação especializada, do ensino pós-secundário profissionalizante (como o *University Diploma of Technology*–DUT e o *Advanced Technician's Certificate*–BTS) ao ensino superior.

Gendron questionou sobre a possibilidade de a demanda por educação, num contexto de empregos racionados, depender mais de uma escolha simples de alocação ótima de recursos, motivada por benefícios financeiros, ou de uma decisão seqüencial estratégica, que envolve a percepção da situação de escassez de emprego e de segmentação nos mercados, como é o caso das barreiras impenetráveis entre posições no mercado de trabalho. O autor destaca, nesse sentido, que a abordagem do capital humano é insuficiente para explicar o acréscimo da demanda de educação posterior. No contexto de escassez de emprego e de empregos racionados, a demanda por educação é mais dependente de uma decisão seqüencial estratégica do que de uma simples escolha de alocação ótima dos recursos. Isso significa que, ao defrontar-se com *adversários* originados da oferta de trabalho de graduados com o mesmo perfil, o indivíduo investe ainda mais em educação.

Do mesmo modo, observamos que essa decisão pode ilustrar o comportamento de um indivíduo inteirado com a realidade, que sabe como agir e reagir de acordo com a evolução desse ambiente, apelando tanto para o cálculo racional para o raciocínio cognitivo. Por meio da flexibilidade possível com a visão estratégica, conforme argumenta o autor, a decisão seqüencial permitirá tanto reduzir a incerteza quanto ir ao encontro das condições de grau ótimo. As estratégias econômicas, desse modo, de acordo com Gendron, estão ligadas a uma situação intermediária, na qual a situação não é nem determinística nem completamente errática, mas pode ampliar a habilidade do estudante em aprender.



Rochat e Demeulemeester (2001), de outra parte, enfatizam que as virtudes do *laissez-faire* na esfera das escolhas educacionais, nos dias atuais, parecem ser dúbias se olharmos para as aparentemente irracionais preferências dos estudantes por áreas de baixa demanda no mercado de trabalho. Os autores tentam dar suporte empírico para a tese de Mingat e Eicher, apresentada no início dos anos 1980, a qual sugere que os estudantes, ao escolherem um curso superior, não levam em consideração apenas os retornos econômicos esperados, mas, também, suas oportunidades de sucesso acadêmico. Rochat e Demeulemeester argumentam que, se assumirmos que as orientações de maior remuneração são também as de maiores riscos e que os estudantes mais pobres dão maior peso ao componente risco em relação aos mais ricos, pode-se reconciliar racionalidade econômica com desigualdade no mercado de trabalho. Os autores comentam sobre a existência de um intenso debate na Europa Ocidental quanto à eficiência e à equidade dos sistemas de ensino superior, fato que estaria pressionando reformas em diversas economias abertas, como no Reino Unido, na Alemanha e na França. Como relatam os referidos autores, além de serem vistos como inábeis às transformações em grande escala na economia atual, estes sistemas são acusados de serem extremamente custosos aos contribuintes em geral, na medida em que beneficiam as famílias de maior nível aquisitivo; sobretudo se levarmos em conta o período de intensa restrição orçamentária por ocasião da agenda da União Européia quanto ao Tratado de Maastricht. Uma outra crítica, referenciada por eles, recai sobre o enorme custo financeiro envolvido no sistema devido a um enorme desperdício interno associado às altas taxas de evasão.

Nesse contexto, os sistemas de ensino superior são criticados por seus péssimos desempenhos em fornecer as habilidades necessárias à economia, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Os autores questionam-se, então, sobre o grau de racionalidade econômica incorporado nas escolhas dos estudantes e, portanto, sobre a sustentabilidade do sistema *laissez-faire*. Para eles, as ineficiências que podemos observar tanto no mercado educacional quanto no de trabalho podem não estar associadas, necessariamente, à irracionalidade dos estudantes.

Os autores confirmam a tese de Mingat e Eicher de que os estudantes operam em um *trade-off* entre componentes de risco e de retorno da escolha da profissão. Isso porque, se assumirmos que as orientações com as mais altas taxas de retorno são também as mais difíceis e que os estudantes provenientes de *backgrounds* socioeconômicos mais pobres são também mais avessos ao risco, os estudantes menos privilegiados escolherão as orientações de menor risco e, portanto, as de menor remuneração. Assim, as ineficiências observadas no mercado de trabalho poderiam ser compatíveis com o comportamento individual racional. Rochat e

Demeulemeester salientam, ainda, que poderíamos avançar numa explicação muito semelhante para a questão da habilidade, que, em suas visões, é outra fonte de restrição importante para a livre escolha do curso. Nesse sentido, algumas matérias seriam academicamente menos demandáveis, ou seja, menos difíceis do que as técnicas: para o estudante que tem menor habilidade, as primeiras seriam preferidas; eles podem sentir que não são suficientemente hábeis de modo a serem bem-sucedidos. Na visão dos autores, os resultados desse tipo de investigação seriam extremamente importantes em termos de planejamento, como a introdução de medidas corretivas para o problema da equidade.

Tais evidências levam os autores a acreditar que o conhecimento dos estudantes pode ser totalmente parcial no momento do ingresso na universidade. Ainda que os estudantes mantivessem um grau considerável de informação sobre o mercado de trabalho, a extensão de sua influência na estruturação das preferências dos estudantes ainda é uma questão que permanece em aberto, pois os estudantes podem utilizar incorretamente esse fluxo de informações.

No Brasil, poucos são os estudos que tratam dos processos de decisão no ensino superior, os quais se concentram nas áreas da psicologia, da educação ou da sociologia, conforme já indicamos na primeira seção. Incluímos aqui o estudo pioneiro de Pastore e Peroza (1971)<sup>5</sup>, intitulado “O estudante universitário em São Paulo”, que se baseou numa investigação de todas as escolas superiores do estado de São Paulo que, no final de 1969, tinham estudantes cursando a terceira série em diversos graduações. O objetivo do trabalho era caracterizar as aspirações e as percepções quanto à carreira universitária dos estudantes por meio de um vasto número de variáveis socioeconômicas. A pesquisa relata os resultados de uma amostra de 7 127 alunos presentes<sup>6</sup> na terceira série, ou terceiro ano letivo, dos diversos cursos de graduação de todo o estado, que responderam a um questionário. Os autores concluem, dentre as diferentes observações relativas à aspiração e à percepção de carreira dos estudantes pesquisados, que a maioria: (i) declarou ter optado pelo curso por vocação (68% dos alunos entrevistados); (ii) declarou-se satisfeita com a profissão que escolheu (80% dos alunos entrevistados); (iii) considera as oportunidades de trabalho

---

<sup>5</sup> Pesquisa integrando uma série de estudos patrocinados pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo sobre o ensino superior no estado, que deu seqüência a uma primeira análise sobre as condições de funcionamento de todas as escolas de nível superior do estado de São Paulo no período entre 1940 e 1968.

<sup>6</sup> Em razão de limitações da pesquisa aplicada, os autores consideraram somente os alunos presentes e não os alunos matriculados nas séries escolhidas, tendo em vista a dificuldade de contar com a freqüência total das classes.

regulares ou péssimas; (iv) pretende trabalhar como assalariada depois de formar-se (80% dos participantes).

O trabalho de Sampaio (2000), mais recentemente, teve como objetivo mapear as redes de sociabilidade dos universitários. Os aspectos relativos aos estudos e ao futuro profissional dos universitários faziam parte de uma estrutura de análise mais ampla que buscou identificar como eles costumavam se divertir, como tratavam de política, de sexualidade, de drogas e da relação familiar. A autora selecionou cursos representativos de carreiras tidas como tradicionais, modernas e recentes. A pesquisa totalizou 2226 universitários matriculados no terceiro ano, distribuídos em três instituições de ensino superior públicas e dezessete privadas, que responderam a um questionário que tratava de diferentes aspectos da vida dos estudantes, tais como dados pessoais, dados socioeconômicos da família, se trabalhava ou não, questões relativas à escolha do curso e da instituição de ensino, opiniões sobre relacionamento com os colegas, entre outros.

### **3 As Principais Evidências da Pesquisa Aplicada**

Partindo do modelo conceitual e das principais categorias de análise dele resultantes, planejamos a coleta de dados escolhendo instituições de Ensino Superior que pudessem representar a diversidade regional das universidades gaúchas. Depois de escolhidas as universidades, foram escolhidas três (3) áreas do conhecimento e, em cada uma delas, a seguir, de cinco a oito cursos de graduação para aplicarmos os questionários (com perguntas fechadas) aos universitários calouros presentes no dia letivo determinado. Os dados foram tratados com a utilização do software SPSS. Tendo em vista que a amostragem é não-probabilística, não podemos utilizar análises de regressão. Optamos por apresentar os dados como estatística descritiva e tabelas de contingência.

Os resultados foram obtidos pela pesquisa de campo com 2269 universitários de nove universidades gaúchas: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), a Universidade Federal de Santa Maria (Ufsm), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Católica de Pelotas (UcPel), a Fundação Universidade do Rio Grande (Furg), a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Universidade de Passo Fundo (UPF), a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e a Universidade Regional Integrada (URI-campus de Erechim). Foram aplicados questionários no segundo semestre letivo de 2002 aos alunos matriculados no 1º ou 2º semestre em 42 cursos de graduação diferentes (Apêndice 1). Identificamos algumas *características gerais da amostra*, especialmente as variáveis de controle, como *idade, sexo, situação na unidade familiar, renda familiar, tipo de escola de*

*primeiro e de segundo grau freqüentada.* Em seguida, observamos algumas características relativas ao *processo de escolha em si*, especificamente sobre a questão da *incerteza e da prática profissional*. Para atender o objetivo do presente texto, tratamos apenas das características gerais dos universitários pesquisados e a percepção da futura atuação profissional.

### *3.1 Características gerais dos universitários pesquisados*

A faixa etária dos universitários pesquisados no estado do Rio Grande do Sul varia de 16 a 56 anos, com média de 21 anos e maiores freqüências para 18 e 19 anos; 83,2% com idade entre 17 e 23 anos. As mulheres são maioria: 53,1% são do sexo feminino e 46,9% do sexo masculino. Alguns cursos apresentaram características um pouco diferenciadas, como é o caso dos cursos de engenharia, informática e agronomia, nos quais há uma predominância de universitários do sexo masculino ou dos cursos de enfermagem, letras, psicologia e serviço social, freqüentado principalmente por universitários do sexo feminino.

Em termos gerais, podemos relacionar algumas evidências na amostra pesquisada, quais sejam:

- i) parcela significativa não recebe qualquer tipo de auxílio financeiro para estudar; uma pequena parcela dispõe de crédito educativo ou apoio da instituição em que trabalha;
- ii) a maior parte dos universitários pesquisados depende economicamente da renda da família, a qual enquadra-se, predominantemente, nos estratos de rendas acima de cinco salários mínimos, com presença significativa nos estratos acima de 20 salários mínimos;
- iii) quando controlamos essa distribuição para os universitários que freqüentam universidades públicas e os universitários que freqüentam as universidades privadas percebemos que há uma proporção ligeiramente superior de universitários provenientes de famílias de rendas mais elevadas nas IES públicas, assim como uma proporção ligeiramente superior de universitários provenientes de famílias com rendas mais baixas nas IES privadas. Essa tendência confirma a já discutida desigualdade de oportunidades quanto ao acesso ao ensino público brasileiro, norteadora das atuais políticas de cotas e os diferentes programas de financiamento para o ensino superior;
- iv) há uma correlação expressiva entre o nível de escolarização do pai e o nível de escolarização da mãe;

- v) é possível comprovar a associação entre alunos que cursaram o ensino de primeiro e de segundo graus públicos e a frequência em universidades privadas e os alunos que cursaram o ensino privado e a frequência em universidades públicas;
- vi) a maior parte dos universitários escolheu o curso que iria frequentar no último ano do ensino médio ou às vésperas do vestibular;
- vii) os alunos apresentam um baixo nível de informação sobre o curso que escolheram e sobre as possibilidades de atuação no futuro.

### 3.2 A (in)certa atuação profissional

Chamamos atenção ao fato de que o mercado de trabalho não é a única finalidade ou direcionamento do ensino superior, mas tem sido visto pela sociedade como a principal. Poderíamos afirmar que o ensino superior, a educação superior, está *para muito além do mercado de trabalho*, caso da produção do conhecimento. A realização pessoal pode estar em primeiro plano, fato observado nas respostas de 85,0% dos universitários gaúchos pesquisados, que consideram a realização pessoal como importante e muito importante, além do atendimento aos anseios dos pais (48,3%). Mas a relação com o mercado de trabalho, ou a possibilidade de ingresso, continua central: é importante e muito importante para 79,1% dos entrevistados. A possibilidade de ascensão financeira vem logo em seguida: muito importante e importante 71,2% deles.

No Quadro 1, apresentamos os dados relativos ao comportamento dos universitários pesquisados no que tange a sua imaginação futura, por meio das suas expectativas de atuação prática ou profissional.

Expectativa com relação à futura atuação profissional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Preocupado com o ingresso somente	381	17,1
Preocupado com o término e ingresso no mercado de trabalho	1.177	53,0
Imaginando um cenário de até 10 anos após a conclusão	212	9,5
Imaginando todo o período de idade ativa	452	20,3
Total	2.222	100,0

Fonte: primária.

#### **Quadro 1** Expectativas dos universitários pesquisados quanto à futura atuação prática ou profissional.

Identificamos, por meio dos dados levantados, que a maior parte deles está preocupada com o término do curso e o ingresso no mercado de trabalho (70,1%), ainda que uma parte importante imaginou um período de tempo de até dez anos depois da conclusão do curso de

graduação ou o período de idade ativa (29,8%). Tal constatação desafia os pressupostos básicos da teoria do capital humano, a qual considera o cálculo dos custos e benefícios de se investir no ensino superior com o horizonte de planejamento de todo o período de idade ativa do indivíduo.

Buscamos associar a forma de trabalho na qual pretende colocar em prática a sua profissão futura e, ao mesmo tempo, avaliar o reflexo da condição atual desse estudante nessa expectativa (Quadro 2).

Forma de trabalho imaginada	só estuda	estudante e bolsista	trabalha e estuda	desempregado	Total
não imaginou	189	3	102	10	304
	16,0%	7,9%	12,0%	12,7%	14,2%
profissional liberal ou autônomo	435	6	194	15	650
	36,9%	15,8%	22,8%	19,0%	30,3%
microempresário	48	2	62	4	116
	4,1%	5,3%	7,3%	5,1%	5,4%
empresário	127	2	122	9	260
	10,8%	5,3%	14,4%	11,4%	12,1%
servidor público	177	6	201	25	409
	15,0%	15,8%	23,6%	31,6%	19,1%
empregado do setor privado	203	19	169	16	407
	17,2%	50,0%	19,9%	20,3%	19,0%
Total	1.179	38	850	79	2.146
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: primária.

**Quadro 2** Forma de trabalho em que os universitários pesquisados imaginam colocar em prática sua futura profissão, identificados pela atual situação no mercado de trabalho (frequência absoluta e relativa %).

Identificamos que uma parcela significativa (30,3%) do total de universitários pesquisados imagina atuar futuramente como profissional liberal ou autônomo, seguida da modalidade empregado do setor privado (19,0%), de servidor público (19,1%), empresário (12,1%) e microempresário (5,4%); 14,2% declarou que não imaginou. Considerando a atual situação desses universitários no mercado de trabalho, percebemos que aqueles que somente estudam imaginaram-se, principalmente, enquanto profissionais liberais ou autônomos e uma proporção maior, em relação ao demais, não imaginou como atuar no futuro. A maior parte dos universitários que, no momento da pesquisa, desenvolvia atividades de iniciação científica (bolsista), espera trabalhar como empregado do setor privado ou profissional liberal ou autônomo.

Dentre os estudantes que trabalham e estudam, característica da maior parte dos universitários brasileiros, normalmente matriculada em instituições de ensino superior

privadas e em cursos noturnos, observa-se uma tendência à busca do emprego nos setores público e privado, seguida pela atuação como profissional liberal ou autônomo, como empresário e como microempresário. Os universitários que declararam estar desempregados apresentaram uma tendência semelhante.

Como podemos notar, a busca do *emprego* ainda está bastante presente no imaginário dos universitários pesquisados. De outra parte, a informalidade, em seu sentido amplo, se faz presente, mesmo que de forma indireta, por meio da expectativa do trabalho como profissional liberal ou autônomo. A informalidade, aqui, diz respeito às diferentes pequenas organizações ou empresas individuais, que apresentam desvantagem no cenário competitivo atual. E, pela trajetória de escolhas e de informações buscadas, é de se esperar que esses futuros profissionais não (re)conhecem o cenário produtivo em que estarão ingressando.

Função a desempenhar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
não aplicável	20	1,7
executiva	627	54,5
supervisão	272	23,7
técnica ou operacional	201	17,5
intermediária ou auxiliar	30	2,6
Total	1.150	100,0

Fonte: primária.

**Quadro 3** Função imaginada pelos universitários pesquisados que esperam trabalhar como empregados no setor público e no setor privado (frequência absoluta e relativa %).

Ao perguntarmos aos universitários que imaginaram trabalhar como empregados do setor público ou do setor privado a função que gostariam de desempenhar (Quadro 3), a maior parte dos universitários (54,5%) respondeu que imaginava atuar em função executiva; 23,7% de supervisão, 17,5% técnica ou operacional, 2,6% intermediária ou auxiliar, 1,7% não aplicável. Sabemos que, infelizmente, com a crescente oferta de trabalho qualificada, que caracteriza o mercado de trabalho primário, nem sempre tal expectativa poderá ser confirmada. Tanto o desemprego quanto à atuação em atividades não relacionadas com a formação superior (mercado secundário) tem sido evidenciadas na literatura recente.

Cabe ressaltarmos que tais expectativas, sobretudo quando consideramos a atuação como profissionais liberais ou autônomos, vão ao encontro do perfil de atuação profissional que é inerente aos diferentes cursos de graduação frequentados pelos entrevistados. Contudo, percebemos que, ainda que o setor público tenha diminuído seu papel enquanto *empregador* nas últimas duas décadas no país, ainda é expressiva a expectativa dos estudantes em relação

a tal oportunidade de trabalho. Um dos motivos, inferimos, são as crescentes dificuldades no mercado de trabalho privado, e a relativa *proteção social* oferecida pelo setor público, agora em níveis salariais significativamente mais baixos.

Uma constatação importante, que serve como justificativa ao estreito horizonte de planejamento com relação à atuação profissional é o nível de informação disponível aos estudantes. A relação entre o nível de informação do universitário pesquisado sobre o curso que escolheu e a expectativa de atuação profissional futura no tempo (Quadro 4) permite que notemos que o nível de informação declarado pelos entrevistados é superficial (71,9%) o que implica numa preocupação de curto prazo, ou seja, com o término do curso que frequenta e o ingresso ou a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Horizonte de Planejamento	totalmente desinformado	informado superficialmente	totalmente informado	Total
Preocupado com o ingresso no curso somente	28 (1,3%)	284 (12,9%)	65 (3,0%)	377 (17,1%)
Término e ingresso no mercado de trabalho	45 (2,0%)	843 (38,3%)	279 (12,7%)	1.167 (53,0%)
Imaginando um cenário de até 10 anos após conclusão	7 (0,3%)	161 (7,3%)	42 (1,9%)	210 (9,5%)
Imaginando todo o período de idade ativa	13 (0,6%)	296 (13,4%)	139 (6,3%)	448 (20,3%)
Total	93 (4,2%)	1.584 (71,9%)	525 (23,8%)	2.202 (100,0%)

Fonte: primária.

**Quadro 4** Relação observada entre o horizonte de planejamento em termos de atuação profissional e o nível de informação dos universitários pesquisados - frequências absoluta e relativa (%).

De outra parte, o inexpressivo número de alunos que declarou estar totalmente informado revela que, de fato, o processo de tomada de decisão enquadra-se num contexto significativamente limitado e que o cálculo do custo/benefício previsto pela teoria do capital humano não tenha sido efetuado.

#### 4 Os Caminhos Possíveis a Seguir

As evidências empíricas sobretudo as variáveis de controle utilizadas na pesquisa permitiram a elaboração de um quadro particularizado sobre os universitários gaúchos, de diferentes instituições de ensino e de cursos superiores que em muito se assemelha à realidade dos universitários brasileiros. Nesse sentido, a dicotomia público-privada e os problemas financeiros da maior parte de nossas famílias foram confirmados. A



questão que se coloca é se, de fato, temos escolha quanto à trajetória a seguir. Ela não seria dada?

De outra parte, ao retomarmos os pressupostos básicos da teoria do capital humano, sobretudo no que diz respeito à possibilidade do indivíduo que investe em educação prever os possíveis “estado de mundo”, ou mesmo o cálculo do retorno obtido com tal investimento, percebemos que os dados levantados pelas declarações dos alunos estão muito distantes de tal pressuposição. Certamente dificilmente obteremos um padrão homogêneo de escolhas, daí o porque de identificar ou construir tipologias, mas a princípio a expectativa maior está em conseguir acessar o ensino superior.

No contexto de uma racionalidade limitada, as escolhas parecem míopes e desprovidas de informação. Os dados da pesquisa evidenciaram que os universitários ingressantes apresentaram expectativas de atuação profissional ainda tradicionais, com a manifestação da volta da importância do emprego privado e do público. Tal situação, quando confrontada com realidades certamente distintas abre espaço para o surgimento de frustrações, insatisfações e desencantamentos por parte dos sujeitos, trabalhadores e da própria sociedade. Tendo em vista que a maior parte dos universitários prevê sua atuação enquanto profissionais liberais ou autônomos, percebe-se a importância de se aprofundar no estudo das características dessas atividades e sua relação com o mercado primário e secundário de trabalho, a formalidade e a informalidade de tais organizações e a formação superior.

Por fim, cabe aos integrantes do Sistema de Educação Brasileiro, reavaliar políticas de formação nos níveis primário e médio de ensino de forma a preparar esses indivíduos no sentido pleno da educação, de capacidade cognitiva e informação, ampliando seus horizontes de continuidade no ensino superior, para além do próprio mercado de trabalho.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BECKER, Gary S. *El Capital Humano*. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1983.

BECKER, Gary S. *The Economic Approach to Human Behavior*. London: The University Chicago Press, 1976.

BECKER, Gary S. *Accounting for Tastes*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1996.

BERGER, Mark C. Predicted Future Earnings and Choice of College Major. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 41, n. 3, pp. 418-429, April 1988.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Ensino Superior. *Estatísticas*. Brasília, 2004. Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news02\\_03\\_tabela.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news02_03_tabela.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2004.

GENDRON, Bénédicte. A Demand of Education as a Strategic Demand in a Context of Job Rationing and Job Scarcity: the analysis of further education after post-secondary vocational education in France. In: EUROPEAN CONFERENCE ON EDUCATIONAL RESEARCH 2000, 20-23 September 2000, Edinburgh, Scotland, 2000. Disponível em: <<http://www2.trainingvillage.gr/download/epo/GenBe01.rtf>>. Acesso em: 2 ago. 2002.

KATONA, George. *Psychological Economics*. New York/Oxford/Amsterdam: Elsevier, 1976.

LEHMAN, Yvette Piha Lehman. *Não sei que profissão escolher*. São Paulo: Moderna, 1999. (Qual é o grilo).

LEWIS, Alan; WEBLEY, Alan; FURNHAM, Adrian. *The New Economic Mind: the social psychology of economic behaviour*. London: Harvester Wheatsheaf, 1995.

MACFADYEN, Alan J., MACFADYEN, Heather W. Other concepts in Economic Psychology. In: MACFADYEN, Alan J., MACFADYEN, Heather W. (Eds.). *Economic Psychology: Intersections in Theory and Application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., 1986. p. 441-495.

MACNABB, R. Labour Market Theories and Education. In: PSACHAROPOULOS, G. (Org.). *Economics of Education – Research and Studies*. [s.l.]: Pergamon Press, 1987. pp. 157-163.

MAITAL, Sharone L.; MAITAL, Shlomo. Economics and Psychology: an overview. In: MAITAL, Sholomo; MAITAL, Sharone L. (Eds.). *Economics and Psychology*. England; USA: Edward Elgar, 1993. pp. 3-35.

MCNULTY, P. J. *The origins and development of labor economics*. Cambridge; London: MIT Press, 1980.

MINCER, J. *Studies in human capital*. Aldershot; Vermont: Edward Elgar, The Collected essays of Jacob Mincer, 1993. v. 1 (Economists of the twentieth century).

MINCER, Jacob. *Schooling, Experience and Earnings*. New York: National Bureau of Economic Research, 1974.

MINCER, Jacob. *Studies in human capital*. Aldershot; Vermont: Edward Elgar, The Collected essays of Jacob Mincer, 1993. v. 1 (Economists of the twentieth century).

MORETTO, Cleide F. As Múltiplas Faces da Informalidade. In: TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Ginez L. R. (Org.) *Economia Solidária e Reestruturação Produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho atual*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001, p.99-124.

MORETTO, Cleide F. *Ensino superior, escolha e racionalidade: os processos de decisão dos universitários do município de São Paulo*. 2003. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2003.

ONO, Hiroshi. *Who Goes to College? Features of Institutional Tracking in Japanese Higher Education*. The European Institute of Japanese Studies, Stockholm: June 2000 (Working Paper n. 95). Disponível em: <<http://www.hhs.se/eijs/wp/95.PDF>>. Acesso em: 25 maio 2002.

PASTORE, José; PEROSA, Gilda Gouvêa. *O Estudante Universitário em São Paulo*. São Paulo: IPE/USP, 1971.

ROCHAT, Denis; DEMEULEMEESTER, Jean-Luc. Rational choice under unequal constraints: the example of Belgian higher education. *Economics of Education Review*, n. 20, 2001. pp. 15-26. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/econedurev>>. Acesso: maio 2002.

SCHULTZ, Theodore W. *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOARES, Dulce Helena Penna. *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.

STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES - SSPS. Versão 10.0. SSPS Inc., 1999. 1 CD-ROM.

TOMMASI, Mariano; IERULLI, Kathryn (Eds.). *The new economics of human behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. In: ELSTER, Jon (Ed.). *Rational Choice*. New York: New York University Press, 1986, pp. 123-141.

VAN RAAIJ, W. Fred. Economic Phenomena from a Psychological Perspective: Economic Psychology. In: MACFADYEN, Alan J., MACFADYEN, Heather W. (Eds.). *Economic Psychology: Intersections in Theory and Application*. North-Holland: Elsevier Science Publishers B. V., 1986. p. 9-23.

## APÊNDICE

### Apêndice 1 Distribuição dos alunos pesquisados por curso e por instituição de ensino superior

Curso de Graduação	FURG	UCPEL	UCS	UFPEL	UFRGS	UFSM	UNIJUI	UPF	URI	Total
Administração de Empresas		27			32			29		88
Agronomia				38				50		88
Arquitetura e Urbanismo					25					25
Arquivologia						20				20
Artes Cênicas						13				13
Automação Industrial			47							47
Ciência da Computação		38				25				63
Ciências Biológicas				33				36	52	121
Ciências Sociais				36						36
Comércio Exterior									55	55
Ciências Contábeis	36		45				35			116
Direito						22	55	41		118
Ecologia		27								27
Ciências Econômicas	36				27			39		102
Educação Física			14	32			46			92
Enfermagem									44	44
Engenharia Agrícola									24	24
Engenharia de Alimentos									33	33
Engenharia Ambiental			33							33
Engenharia Civil	30									30
Engenharia Elétrica							45			45
Engenharia (núcleo básico)						32				32
Engenharia Mecânica								52		52
Engenharia Metalúrgica					34					34
Farmácia			38							38
Filosofia				18						18
Física e Matemática							23			23
Geografia				31						31
História	22			19						41
Informática							38			38
Letras	24		21						47	92
Matemática						37				37
Medicina		44		30		47		31		152
Medicina Veterinária						31				31
Oceanologia	23									23
Odontologia				33	34			39		106
Pedagogia							32		56	88
Psicologia		17			34				35	86
Publicidade e Propaganda								36		36
Química Ambiental		40								40
Serviço Social		42								42
Tecnologia em Polímeros			9							9
	171	235	207	270	186	227	274	353	346	2269

Fonte: primária.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.